

# Lacen vive sobrecarga de amostras para análise

Capacidade diária é de cinco mil testes. Vigilância Sanitária vê descontrolado da pandemia no Estado

LILY MENEZES  
REPORTER

Engarrafamentos costumam ser vistos na Rua Waldemar Falcão, principal via do Horto Florestal onde fica a unidade do Laboratório Central de Saúde Pública Gonçalo Moniz (Lacen-BA). Mas não um de caixas térmicas: na manhã desta sexta-feira (21), a sede do centro de análises estadual recebeu 10 mil amostras coletadas em exames de Covid-19, acondicionadas em veículos vindos de diversas cidades baianas, como Itaberaba, Maragogipe, Belmonte, Mucugê e Barreiras, que viram os casos suspeitos aumentarem com tanta gente apresentando sintomas gripais. Alguns dos funcionários das secretarias de Saúde do interior chegaram a viajar cinco horas para entregar as caixas com lancesas ao Lacen. O número é exatamente o dobro da capacidade de trabalho diária do laboratório, que consegue avaliar 5 mil testes.

A avalanche de testes

para diagnosticar a Covid-19 que chega à sede do Lacen tem sido rotina: responsável pelo laboratório público, a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) informou que desde o começo de janeiro já foram liberados 50 mil testes. A unidade chegou a bater o índice de 50% de positividade nos resultados coletados. Com a demanda, aumentou o prazo de entrega dos resultados de 48 para 72 horas. A direção do Lacen disse que o trabalho dos técnicos de análise tem sido praticamente ininterrupto, para dar conta de avaliar tantas amostras que chegam de todos os núcleos de saúde pela Bahia. Além da competência de detectar a presença ou não do Sars-CoV-2 nas lâminas dos pacientes, é de responsabilidade do Lacen o sequenciamento genético, para identificar a variante responsável pela contaminação.

A titular da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (Divep) da pasta estadual Márcia São Pedro vê o aumento de amostras enviadas como uma consequência das últimas três semanas, quando



EXAMES

Desde o começo de janeiro, já foram liberados 50 mil testes de Covid pelo Lacen

muita gente não se atentou às medidas de proteção e se dirigiu aos postos apresentando sintomas gripais, que acabam demandando a realização do teste da Covid para

identificar qual é a causa do adoecimento. "Este momento, do ponto de vista epidemiológico, é muito preocupante. A gente vê aumentando o número de casos ativos

e notificados. O número de casos novos também", disse a diretora da Divep, lembrando que a testagem massiva tem sido uma das iniciativas tomadas pelo Governo da

Foto-Romildo de Jesus

Bahia para bloquear o avanço da Omicron, que tem sido maioria nos sequenciamentos do Lacen.

Com isso, são mais amostragens para verificar, no esforço de barrar o descontrolado das contaminações. "O Estado distribuiu 346 mil testes de antígeno rápido para todos os 417 municípios, com o objetivo de detectar e bloquear (o avanço da Covid). A gente vai fazer as coletas em todos os indivíduos sem sintomas, e todos os contactantes de pessoas que estão confirmadas, e com isso a gente vai tentar bloquear. Nós estamos muito preocupados com esse aumento, com o número de doses que estão em atraso, as pessoas precisam se vacinar. O que a gente espera não são dias muito bons", alertou Márcia São Pedro. Até o fechamento da edição, as cidades com maior aumento de infectados num intervalo de cinco dias foram em Paramirim, com um incremento de 23,5%, seguida por Guajeru (+16,88%), Igarorã (+12,39%), Maetinga (+8,55%) e Barra do Rocha (+8,37%), de acordo com informações da própria Sesab.

## Justiça nega pedido de suspensão da licitação do Palácio Rio Branco

Em coletiva na manhã de ontem, promotoras afirmaram que vão recorrer da decisão

CLEUSA DUARTE  
REPORTER

Em coletiva virtual, ontem, 21, pela manhã, o Ministério Público da Bahia (MP-BA) através das promotoras Cristina Seixas e Rita Tourinho garantiu que vai continuar exercendo seu papel e já recorreu da decisão da justiça de negar o pedido de suspensão do processo licitatório do Palácio Rio Branco. As promotoras alegam falta de clareza no edital e querem esclarecimentos do governo do Estado por se tratar de um patrimônio público que abriga a primeira sede de governo do Brasil.

"Nós entramos com uma ação civil pública pedindo uma liminar da suspensão do processo licitatório e houve uma decisão contrária. Segundo a juíza, nós teríamos pedido a suspensão do leilão. Mas nosso pedido de suspensão do processo está bem claro e já recorremos dessa decisão", explicou a promotora Cristina Seixas.

As promotoras enten-

dem que a decisão da justiça foi tomada de maneira equivocada. Na avaliação das promotoras, a juíza responsável por julgar o pedido pode ter entendido que elas reivindicavam apenas a suspensão da sessão realizada na última quinta-feira (20) e não do processo licitatório como um todo. Na ocasião, apenas uma empresa, a BM Varejo Empreendimentos Spe S.A, dona da rede de hotéis BMF, participou.

O MP-BA defende que existem possíveis irregularidades no projeto de construção de um hotel no local. Entre as irregularidades, está a falta de explicação das vantagens econômicas e sociais para a sociedade e para o estado. Além disso, as promotoras questionam o que será feito com uma área, localizada atrás do Palácio Rio Branco, que foi desapropriada pelo governo, para manter a viabilidade do negócio.

A promotora Rita Tourinho diz que não há clareza também sobre o plano de requalificação, ela citou os casos dos hotéis Fera e Fasa-



MP

Instituição defende que existem possíveis irregularidades na construção

no, cujos hóspedes, ao circular pelo Centro Histórico, são assediados ou assaltados. As promotoras ressaltaram que o Palácio tem im-

portância não somente estadual, mas nacional.

"Não há clareza sobre como esse imóvel retornará ao estado após o fim do con-

trato, se o Estado terá que pagar pelas bem-feitorias feitas no imóvel público e também em área contígua, no fundo do Palácio Rio Bran-

co, onde presumem que devem ser construídos apartamentos que darão viabilidade econômica ao empreendimento no Centro Histórico da capital. Não se sabe se, ao final dos 35 anos da concessão, o estado vai ter que pagar para receber de volta o bem", disse Rita Tourinho.

As promotoras alegam ainda, que também pediram o tombamento do Palácio e estranham o fato de os processos para este fim estarem tramitando tanto no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) quanto no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e já duraram quatro anos, muito mais tempo que os pareceres dos mesmos órgãos do patrimônio público que constam no pedido de concessão.

Localizado no centro antigo de Salvador, a construção do Palácio Rio Branco remonta ao século XVI, sendo a primeira Casa de Governo do Brasil erguida para servir de residência do primeiro Governador-Geral, Thomé de Souza.

## Empresa francesa deve operar novo hotel

Como a rede de hotéis Vila Galé chegou atrasada à sessão do processo de licitação, somente uma empresa participou do processo de concessão do Palácio Rio Branco, que será transformado em um hotel de luxo. Trata-se da BM Varejo Empreendimentos Spe S.A, dona da rede hoteleira BMF, que tem 80% dos empreendimentos na França. Ela também é proprietária do hotel Rosewood, em São Paulo, cujas diárias variam de R\$ 2.900 a R\$ 6.900. O projeto da empresa cujos controladores são franceses é instituir um hotel seis estrelas no cartão postal de Salvador com um investimento em torno de R\$ 40 milhões. O hotel teria 75 quartos, sendo 39 dentro do palácio e 36 na área anexa.

O resultado do processo licitatório sai na próxima semana. Se a BM for vencedora, o contrato deve ser assinado



Foto-Romildo de Jesus

IMÓVEL

Palácio Rio Branco está localizado no centro da cidade

em até 60 dias, segundo Castro. Em seguida, serão feitos estudos no local, que durarão três meses, para que as obras sejam iniciadas. A

previsão é que o hotel seja inaugurado em 2024. O nome ainda não está definido.

O problema é que o Ministério Público (MP-BA) aju-

izou ação civil pública contra o Estado da Bahia – em representação da Secretaria de Turismo (Setur) – e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), para que a Justiça determine a imediata suspensão do processo licitatório.

O valor da licitação foi R\$ 26,5 milhões e o período da concessão do espaço para a empresa é de 35 anos, podendo ser renovado. No entanto, a BM Empreendimentos só terá que pagar o aluguel a partir do 16º ano – em 2038. Portanto, o valor pago pelo palácio, anualmente, será de R\$ 1,1 milhão, com prestações mensais de R\$ 92.592,59. O valor da área anexa é de R\$ 3,3 milhões, a serem pagos na assinatura do contrato. O estudo de viabilidade também deve ser pago quando for assinado e custa em torno de R\$ 750 mil. (Fonte: Bahia Econômica)

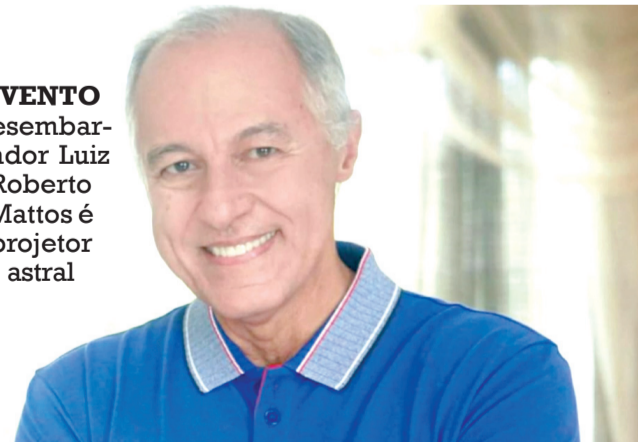
## Workshop de projeção astral será em fevereiro no YouTube

O desembargador e escritor Luiz Roberto Mattos, que atua como projetor astral consciente há mais de 40 anos, promove "Workshop com Teoria e Prática de Projeção Astral". Será nos dias 02, 09, 16 e 23 de fevereiro no canal Luiz Roberto Mattos no YouTube, das 20h às 22h,

sempre às quartas-feiras. A participação é gratuita.

Mattos tem 14 livros publicados. É influenciador digital através do site pessoal e do canal no YouTube com o programa Visão Espiritual, no qual possui mais de 1 milhão de visualizações. www.youtube.com/user/luizrobertomattos

EVENTO  
Desembargador Luiz Roberto Mattos é projetor astral



## HAM adota novas medidas para atendimento

A partir da próxima segunda-feira (24), passam a vigorar novas medidas de funcionamento no Hospital Aristides Maltez (HAM). É que, diante do risco de inviabilizar a manutenção do atendimento essencial e a segurança ao paciente devido ao aumento de casos de Covid-19 no Estado da Bahia e entre funcionários,

as Diretorias Técnica e Administrativa, junto ao Comitê de Enfrentamento à Covid-19 da unidade hospitalar, estão implementando importantes diretrizes para os próximos dias.

Para Washington Couto, diretor administrativo do HAM, as medidas são necessárias neste momen-

to: "Infelizmente, estamos sendo obrigados a suspender a triagem, ou seja, durante a próxima semana, não receberemos novos pacientes e não realizaremos cirurgias eletivas. Assim, podemos garantir o atendimento aos pacientes mais graves, como aqueles internados, os que realizam Quimioterapia e Radioterapia,

os que precisam passar por cirurgias de emergência e urgência, e os que necessitam de UTI. Os pacientes atendidos para ambulatório, terão as consultas suspensas entre os dias 24 e 28 de janeiro. Esperamos conseguir reduzir número de pessoas com Covid-19, inclusive, entre o nosso quadro de colaboradores".

**ANUCIE PUBLICIDADE**  
71 3322/6377 /3321 2161  
Tribuna.publicidade@terra.com.br  
**Tribuna** 52 ANOS  
da Bahia